

São Paulo: o impacto da mudança e a recuperação do patrimônio intangível

Suzanna Sampaio



Descobrir o patrimônio intangível da cidade de São Paulo sob toneladas de entulho de concreto é um desafio tão grande quanto complexo. O trabalho descomunal de pesquisa, leitura e conservação do patrimônio feito pelos professores da Universidade de São Paulo foi para todos uma fonte de inspiração.

De acordo com o tema proposto para a 16ª Assembléia Geral do ICOMOS, este documento, que trata do *spiritus loci* dormente no âmago do maior centro econômico da América do Sul, São Paulo, está cronologicamente dividido em quatro partes:

- 1554-1822 – Uma Aldeia de Taipa;
- 1822-1889 – A Cidade Imperial;
- 1889-1964 – A Capital Econômica da Burguesia Republicana;
- 1964 até o presente – A Metrópole Contemporânea.

São Paulo do campo de Piratininga: uma Aldeia de Taipa (1554-1822)

Contrariando as regras estabelecidas pelos portugueses de que os assentamentos deveriam sempre estar localizados ao longo da costa (para evitar incur-

sões por piratas e invasores de outras nações), os jesuítas e outros marinheiros portugueses se assentaram nessa área, destarte ultrapassando a Serra do Mar, deslocando-se para o interior. Assim, em 1554, a histórica desobediência dos jesuítas levou ao assentamento, no Planalto de Piratininga, das fundações de um colégio para a catequese dos índios. No dia de São Paulo, 25 de janeiro, foi celebrada uma missa, inaugurando o pequeno enclave.

Apesar de a pequena aldeia na colina entre os rios Tamanduateí e Anhangabaú ter surgido por uma transgressão, a coexistência entre índios e colonizadores foi oficializada sob a gestão do Governador-Geral Mem de Sá em 1560, com direito às armas e ao pelourinho, símbolos de jurisdição municipal os

quais tinham sido previamente negados à aldeia de Santo André da Borda do Campo.

De início, esse núcleo eclesiástico urbano cresceu lentamente, desenvolvendo uma técnica de construção portuguesa com traçado viário que evitava as íngremes colinas, permitindo o erguimento de lares em terreno firme. O material usado era o barro, mas, em vez de moldado em tijolos, era socado entre tábuas, fortemente preso à trama de madeira. A arquitetura da taipa de pilão deve ter sido inevitável, pois o aluvião fornecia boa argila e, sobretudo, não havia pedreiras no topo plano da colina jesuíta.

Muito se tem dito sobre a modéstia das primeiras casas paulistas e de seu estilo caipira, com sua interminável repetição. Todavia, o motivo subjacente à escolha desse estilo arquitetônico foi, muitas vezes, ignorado: a precária condição econômica dos primeiros habitantes, em sua maioria camponeses e artesãos.

por falta de conhecimento arquitetônico, não havia calhas. Em 1585, o historiador Fernão Cardim descreveu as plantações de marmelos, ervilhas, uvas, cebolas, trigo e cevada, a criação de gado e os primeiros nomes das ruas São Bento, São Francisco, Santo Antônio, Direita, Misericórdia, Carmo, mostrando assim como o solo era usado em conformidade com os preceitos religiosos. Um século depois da fundação do Colégio Jesuíta, as casas valiam cinco mil réis e, na área central, aquelas de “dois lanços, com um corredor e um quintal, com telhado de telhas” valiam 24 a 50 mil réis.

A primeira ilustração sobre a aldeia de São Paulo remonta a 1631: uma paisagem da Capitania de São Vicente, por João Teixeira Albernaz.

Ainda no século XVII, em 1681, a aldeia de São Paulo ultrapassou as de Santos e São Vicente, tornando-se a principal da capitania. Naquele tempo, o

assentamento tinha cerca de 2.000 habitantes, 260 casas, 3 conventos (São Bento, São Francisco e Nossa Senhora do Carmo); 4 igrejas subordinadas à Catedral da Sé (Santo Antônio, Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, São Gonçalo dos Pardos e São Pedro); 2 conventos de freiras (Santa Teresa e Nossa Senhora da Luz) e o Colégio Jesuíta.

Assim, o século que tinha sido marcado por violentas entradas e bandeiras vivenciou o massacre de milhares de índios nas áreas vizinhas e a

descoberta de minas de ouro e prata, que fomentaram o crescimento de uma população estrangeira.

Não obstante a brutalidade e a crueldade das conquistas bandeirantes, os caminhos para o interior foram-se consolidando ao longo dos rios paulistas: Ribeira de Iguape, Tietê, Grande, Pardo, Paraíba e Piracicaba. As entradas ampliaram o território brasi-



Catedral da Sé. A sua construção data de 1745. Foi demolida em 1912.

A sua construção deu-se no período de 1912 a 1954, segundo um projeto do arquiteto Maximiliano Hehl.

As moradias que se erguiam em tal assentamento eram simples, sem ornamentos, construídas pelos próprios moradores para uso pessoal. As fachadas tinham apenas algumas pequenas aberturas, somente o que permitia a parede de taipa a partir dos compridos beirais do telhado, mantidos por suportes, a fim de proteger as paredes contra os aguaceiros. Devido à escolha, ou

leiro para além dos limites fixados pelo Tratado de Tordesilhas (édito papal *Inter Coetera* de 1494), criando novos assentamentos que iriam se tornar centros urbanos ao longo da fronteira das províncias de Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Todos esses assentamentos eram marcados pelo aspecto essencial da cultura material paulista: o barro socado, isto é, a taipa de pilão.

No início do século XVIII (1711), a aldeia foi promovida à categoria de cidade. Já em 1745, sediava o bispado: a aldeia ampliada passou por uma transformação arquitetônica e suas fachadas foram adornadas com venezianas em treliças, balcões em madeira, esteios e muxarabis (balcões mouriscos protegidos por treliças de madeira).

A aldeia do século XVIII era marcada pela paz e pelo tédio, e as mudanças começaram a ter lugar apenas no século XIX, com chegada ao Brasil, em 1808, da então exilada família real portuguesa. Assim, novos padrões para modificar as fachadas foram implantados. O reconhecimento oficial do Brasil como membro do Reino Unido de Portugal e Algarve (1815) e a chegada da Missão Francesa ao Rio de Janeiro (1816) inauguraram uma nova era na arquitetura colonial brasileira. A Proclamação da Independência do Brasil, em 1822, que se deu na capital da Província de São Paulo, conferiu à cidade um novo aspecto político. Em 1827, o antigo assentamento jesuíta viu seu Convento Franciscano dar lugar à Escola de Direito – o núcleo de sua universidade.

A Cidade Imperial (1822-1889)

Em 1818, Luiz d'Alincourt, um engenheiro português, relatando suas viagens ao Brasil, escreveu o seguinte sobre São Paulo:

“Em São Paulo, as ruas são largas, pavimentadas e estão em boas condições; os edifícios são feitos de tai-

pa... Há muitas pontes de pedra e algumas em madeira (...) O antigo Convento Jesuíta tornou-se o Palácio do Governo (...) A cidade tem as condições certas para albergar uma universidade, alimentos baratos e abundantes, ar, temperatura e clima saudáveis, pouca diversão, em poucas palavras, tudo parece favorecer este local para o desenvolvimento cultural (...)”

No século XIX, muitos viajantes escreveram relatos semelhantes sobre os aspectos agradáveis e modestos da cidade, que era animada pelos estudantes. Não tinha havido mudanças de vulto nos três primeiros séculos: a arquitetura das casas continuava a obedecer ao mesmo padrão, material e técnicas de construção.

A Missão Lebreton, que tinha mudado “os procedimentos e padrões arquitetônicos” no Rio de Janeiro, chegou a São Paulo apenas depois de terem sido iniciadas as plantações de café. As primeiras plantações de café brasileiras, em 1723, estavam concentradas ao norte. Em São Paulo, a primeira plantação no Vale do Paraíba remonta a 1809. As plantações em Campinas entre 1809 e 1830 transformaram a cidade em principal produtor de São Paulo já nos idos de 1835. Em 1852, foram produzidas 2.000.000 de arrobas (1 arroba = cerca de 15 kg) e, nesse tempo, a cafeicultura já se deslocava também para o oeste. A expansão do plantio de café aconteceu *pari passu* com as primeiras indústrias e não ocorreu como um ciclo econômico subsequente. Em 1810, a primeira fábrica de ferro (Ipanema) foi montada (moldes catalães), seguida pela primeira empresa têxtil de algodão, em 1811, e pela primeira refinaria de açúcar movida a vapor em 1836.

A monocultura cafeeira demandava algumas mudanças: mão-de-obra imigrante (que, ao contrário dos antigos escravos, recebia salários); estradas de ferro e ampliação dos cais de Santos para poder dar conta do transporte e da exportação do produto. Após ter passado por tais transformações, Campinas e Santos

disputaram com São Paulo o *status* de capital da província. O acúmulo de riqueza com as rendas agrícolas transformou a modesta cidade de São Paulo, por volta de meados do século XIX, trazendo consigo os edifícios de tijolos e alvenaria. As estações dos trens urbanos ao lado das fábricas e dos armazéns, suprimiram a cidade com tijolos e ferro fundido, que ainda não



Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Criada em 1827, a Escola de Direito é considerada a “célula-mater” da USP.

se utilizavam para as habitações comuns. Na verdade, a cidade imperial de São Paulo de Piratininga, reconstruída em alvenaria por cima da taipa, estava separada da nova “cidade operária” e deitou as fundações para a futura área residencial e de serviços. Em 1875, havia três mil edifícios, e, após uma investigação cuidadosa do desenvolvimento urbano, percebe-se que os 32.000 edifícios existentes em 1910 simplesmente foram edificadas em cima dos anteriores.

A Capital da Burguesia Republicana (1889-1964)

Após a Proclamação da República, o Rio de Janeiro continuou a ser a capital do País, mantendo seu *status* anterior.

A cidade de São Paulo, desonerada da sobrecarga das expensas governamentais, podia acumular as riquezas advindas do comércio do café e investir

na industrialização, cujas rendas iriam gradualmente mudar os costumes e os padrões construtivos. Essa renovação não era somente um cumprimento às ordenações legais estabelecidas em 1868 e 1872, mas também uma resposta à demanda espontânea por embelezamento. A reforma do fim do século XIX se alicerçava no refinamento dos costumes sociais e do-

mésticos dos nobres fazendeiros de café, de comerciantes urbanos importantes e dos incipientes industriais motivados pela chegada de imigrantes, principalmente italianos. Estes últimos, peritos em artesanato artístico, constituíram-se na mão-de-obra necessária à sofisticação das fachadas, dos edifícios e até da decoração dos interiores da cidade, cujas mansões estrangeiras usavam material importado para construção. A nova mão-de-obra e o material im-

portado foram aspectos essenciais para o período eclético da arquitetura da cidade. As prestigiosas construções da elite rica influenciaram também o estilo das habitações da classe média. Apesar de as casas serem uniformemente assentadas pelo construtor, com janelas fronteiriças e entradas laterais, com ou sem jardim, usavam toda espécie de ornamentos neoclássicos, pré-rafaelitas ou pseudogóticos, torneados renascentistas, barrocos e neocoloniais, as modernas venezianas de madeira e as balaústras das escadarias com detalhes em pinho de Riga ou ferro fundido de Glasgow, Bélgica e Alemanha, mármore italiano, lampadários franceses desde os mais simples até os lustres mais sofisticados e ladrilhos portugueses vindos do Porto.

Exemplos desses “palácios” que podem ser vistos hoje são o Museu do Ipiranga, os Campos Elíseos (antiga residência do fazendeiro de café Elias

Chaves), o Palácio da Justiça no centro histórico e o Teatro Municipal.

Muitas mansões construídas por Ramos de Azevedo foram demolidas e apenas alguns exemplos isolados permanecem. Assinale-se que as mansões remanescentes ou eram originalmente edifícios públicos ou neles se converteram ao serem adquiridas pelo poder público. O aspecto mais marcante da arquitetura eclética em São Paulo era a Avenida Paulista, situada 850m acima do nível do mar, que divide as bacias hidrográficas do Pinheiros e do Tietê. Essa via pública de grande importância foi aberta em 1891 e, até meados do século XX, foi a principal área residencial dos capitalistas, agricultores, industriais e comerciantes do Estado de São Paulo.

A arquitetura eclética surgiu, em primeiro lugar, durante a Revolução Industrial, por meio de uma estranha insurgência retrô contra a tecnologia, e teve muito sucesso entre os imigrantes em busca de suas origens. Contudo, esse estilo encontrou seus opositores em homens notáveis como Monteiro Lobato, Alcântara Machado e Mário de Andrade, que achavam que o estilo eclético dava à cidade um ar “de exposição internacional” e que, apesar de “europeus”, os edifícios compunham uma espécie de “esperanto arquitetônico”. Algumas isoladas construções modernas já podiam ser vistas por volta da década de 1920, e, na de 1930, ao tempo do Plano das Avenidas do Engenheiro Prestes Maia, o concreto já estava consagrado. Depois do fim da Segunda Guerra Mundial, a explosão demográfica provocou um surto de construção: novas idéias, técnicas, materiais e a valorização de projetos assinados por arquitetos de renome que chegavam como refugiados de guerra ou eram formados na Faculdade de Arquitetura fundada em São Paulo em 1946 e 1948.

A modernização da cidade não atingiu os resultados esperados. Os prédios de apartamentos do novo estilo de vida e casas de aluguel, geminadas ou semi-

geminadas, como repúdio ao arcaico e decadente, faziam parte do empenho rumo à modernização. A mentalidade dominante no decênio de 1950 começou a despontar nos de 1930 e 1940, e sua rápida e ampla aceitação pela população levou à irrupção de um número enorme de prédios sem nenhum valor estético. Tempo e falta de manutenção acarretaram danos irreversíveis. As extensas áreas urbanas deterioradas são tristes testemunhos desse período, salvando-se alguns poucos e isolados edifícios de valor histórico e arquitetônico perdidos em meio aos demais e, mesmo assim, em sua maioria deteriorados e esquecidos. Se não existissem os arquivos fotográficos, os primeiros arquitetos de São Paulo teriam sido fadados ao olvido.

Para as celebrações dos seus quatrocentos anos, a cidade de São Paulo tornou-se um imenso canteiro de obras. Na área do Ibirapuera, o projeto construtivo do Arquiteto Oscar Niemeyer, interligado por uma marquise, predizia e previa Brasília. Contudo, a volta às origens contribuiu para a preservação do patrimônio cultural. Posto que o Governo federal centrava a atenção no barroco de Minas Gerais, tombado desde 1937, a destruição da velha arquitetura colonial em taipa de São Paulo, com as mesmas características urbanas e arquitetônicas das mais preciosas cidades de Minas Gerais, tornou-se mais visível e, por consequência, as casas bandeirantes ainda existentes naquela época foram restauradas.

A valorização dos primeiros três séculos da história da arquitetura tinha chegado à consciência oficial e tocado a população paulista e paulistana. Pois, afinal de contas, o reconhecimento das raízes caipiras conferia às ricas famílias dos paulistas quatrocentões o *status* aristocrático de que precisavam.

Trinta anos mais tarde, a destruição das mansões ecléticas da Avenida Paulista do bairro do Brás, por causa da construção do metrô, e a deformação da Avenida São João e de parte do Bexiga, com a

construção de viadutos, faz com que nos deparemos com a cidade de hoje, onde ruas e veículos oprimem os caminhos dos homens. A chamada restauração da memória de 1954 foi mais uma inacabada reconstituição da identidade perdida.

A Metrópole Contemporânea (1964 até o presente)

No decorrer da segunda metade do século XX, foi redigida uma legislação específica em prol da defesa e da restauração do patrimônio histórico, o que levou à criação de várias entidades para tratar dos diferentes aspectos dessa complexa questão.

Hoje em dia, a cidade está assolada por uma miríade de problemas de ordem natural, física, administrativa, social e econômica. Por um lado, há a localização geográfica da cidade, no interior de uma bacia hidrográfica, na qual anos de negligência administrativa permitiram assentamentos desorganizados e ilegais que continuam a se alastrar, esquecidos da legislação, qual seja a de proteção aos mananciais e corpos d'água. Por outro lado, existe a equação sócio-econômica para a qual não há solução fácil: a estagnação econômica, o desemprego e o crescimento alarmante da criminalidade.

A brecha gigantesca entre ricos e pobres, que continua sendo o carro-chefe da Nação, galvaniza profissionais de restauração em sua resistência contra o ataque da permanente destruição à qual a cidade esteve exposta por vários séculos.

Considerando-se essa situação, é urgente que se documentem os bens culturais contemporâneos de todas as formas possíveis, usando todos os recursos materiais disponíveis. Felizmente, muito trabalho está sendo feito e, como resultado, uma parte importante de nosso patrimônio arquitetônico contemporâneo, moderno e ousado, junto com exemplos comovedores dos remanescentes intangíveis de

nossos sítios espirituais, está sendo cuidadosamente estudada e publicada tanto por professores quanto por especialistas associados ao ICOMOS.

A recuperação do patrimônio intangível graças ao uso de novas tecnologias foi o motivo principal do interesse renovado e crescente na preservação das festividades religiosas por todo o Estado de São Paulo. Essas festividades não se limitam às manifestações católicas (uma herança da colonização portuguesa), mas incluem manifestações afro-brasileira e tupi-guarani (uma herança da diáspora africana e dos praticamente esquecidos habitantes nativos de São Paulo, os tupi-guaranis). Na cidade em si, o maior interesse e a maior participação se observam nas festividades que celebram os santos patronos e o folclore de vários grupos de imigrantes que se assentaram na cidade no início do século XX: santos patronos das comunidades católicas dos imigrantes italianos e espanhóis, festividades folclóricas dos imigrantes japoneses, festividades árabes e judaicas em seus clubes e associações (como o Monte Líbano e o Sírio Libanês para a comunidade árabe e a Hebraica para a comunidade judaica).

Antigos assentamentos jesuítas circundam a cidade de São Paulo em toda sua extensão até o litoral. Por um lado, lugares como Cotia, Embu, Guararema, Guarulhos, Osasco, São Miguel Paulista, Santo Amaro, São Bernardo, São Roque e outros, que formam o que é conhecido como a Grande São Paulo. Por outro, Bertioga, Cananéia, Iguape, Itanhaem, Peruíbe e São Vicente, que semeiam seu litoral. Um levantamento arqueológico e as escavações em andamento trouxeram à tona um material significativo, que atesta a presença de vários padrões que sobrevivem até hoje, em Parelheiros, um dos muitos bairros da cidade de São Paulo, no artesanato local dos habitantes tupis, com sua cerâmica e cestaria.

A presença africana se manifesta, acima de tudo, nas práticas religiosas, que em São Paulo assu-



Igreja do Colégio de São Paulo construída em 1554 pelos jesuítas.

Foto: Renato Tinetti

sob a Ordem dos Jesuítas, no século XVI, chegaram a São Paulo muitas outras ordens católicas tais como os beneditinos, os franciscanos e os carmelitas, bem como congregações então conhecidas como de reclusão para mulheres re-

ligiosas, pois sob o Marquês de Pombal, no século XVIII, a palavra convento não era permitida. Assim, o assentamento urbano da cidade de São Paulo, originalmente, acompanhava a forma canônica. O Colégio Jesuíta (hoje, o Pátio do Colégio), a Abadia Beneditina, o Convento das Carmelitas e as duas igrejas franciscanas, da Penitência e de São Francisco das Chagas, atestam que o município concedia a esses grupos religiosos os terrenos mais cobijados: no topo da colina, onde pudessem se defender melhor.

miram uma postura bastante diferente de seus correspondentes em outras partes do país, por exemplo, na Bahia. Diferentemente dessa última, os, por assim dizer, paulistas-africanos praticam seus ritos religiosos somente em recintos fechados. É claro que hoje em dia estão livres para praticar sua umbanda. Todavia, as antigas restrições à sua prática levaram ao desenvolvimento de laços mais estreitos com a Igreja Católica instituída. Assim, muitos deles são devotos de São Benedito (um frade negro), de Nossa Senhora Aparecida (em Aparecida, no Vale do Paraíba), de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, na Igreja de Nossa Senhora do Rosário (Largo Paisandu, na cidade de São Paulo), e de Santa Ifigênia, Protetora dos Pretos, cuja igreja deu o nome ao bairro adjacente na cidade de São Paulo e que, durante muitos anos, foi a Catedral de São Paulo, enquanto a Catedral da Sé estava sendo reconstruída. O artesanato africano não teve os mesmos efeitos duradouros de sua religião, contudo existem até hoje manifestações importantes, como a tapeçaria feita à mão com desenhos totêmicos e motivos que remontam aos seus ancestrais africanos, como os sudaneses, bantos, hotentotes etc.

A construção desses edifícios religiosos fez com que a cidade mantivesse *in loco* as mesmas crenças, ritos e cultos religiosos (dos mesmos santos patronos), ao longo de toda sua história, não obstante o fato de nenhuma das edificações religiosas originais nem as casas ao redor terem sobrevivido. Nesse sentido, São Paulo se constitui em um exemplo extraordinário para os defensores da Carta Nara, na qual se afirma que os entornos, e não os edifícios isolados em si, são considerados os portadores da mensagem espiritual de qualquer cultura.

No passado, em celebrações como a Sexta-feira Santa e Corpus Christi, um enorme número de fiéis se congregava nesses locais, mas, da década de 1860 até a de 1880, a quantidade de devotos caiu vertiginosamente, tanto que quase desapareceu. Somente com a chegada de trabalhadores migrantes à



Igreja de São Bento.

Foto: Percebi Imagem

na construção de templos multifuncionais que servem de escolas e, sobretudo, de centros de reunião para multidões de pessoas carentes. As estimativas comprovam que atualmente, no Estado de São Paulo, 40% da população são protestantes, 55% são católicos e 5% têm outros credos. Para aquilatar essa transformação

cidade revigorou tais eventos religiosos, que voltaram a ter importância.

Contudo, houve um desvio significativo no comportamento religioso do País desde a última década do século XX: a disseminação maciça de vários credos protestantes. Antigamente, associado aos imigrantes europeus do norte e suas seitas religiosas estabelecidas com os presbiterianos, os metodistas e os anglicanos, o protestantismo agora tomou um rumo completamente novo de maior proselitismo. O estabelecimento de vários ramos pentecostais levou a um aumento inédito de seguidores, o que, segundo alguns sociólogos especializados em religião, resultou

vale a pena lembrar que o catolicismo era a única fé aceita durante os três primeiros séculos de nossa história e que, do decênio de 1850 até o de 1950, respondia por 78% da população.

Porém, a mudança de mentalidade e de crenças não afetou a urbanização original e eclesiástica do centro da cidade, pois, nas palavras do arquiteto Murilo Marx, membro do ICOMOS, “à diferença do palimpsesto, o solo urbano, sustentando a dramática e caleidoscópica aventura humana, nunca é completamente apagado; autêntico, continua lá como suporte para registros mais recentes, mas sempre indelevelmente marcado pelos anteriores”.

Bibliografia

- AB SABER, Aziz Nacib. *Geomorfologia do sítio urbano de São Paulo*. São Paulo: FFLC/USP, 1957.
- AZEVEDO, Aroldo. *A cidade de São Paulo: estudos de Geografia Urbana*. São Paulo: Editora Nacional, 1956.
- BRUNO, Ernani da Silva. *Memória da cidade de São Paulo*. Editora Nacional, 1956.
- KATINSKY, Júlio Roberto. *Casas bandeiristas*. São Paulo: Instituto Geográfico da USP, 1976.
- LEMONS, Carlos Alberto Cerqueira. *Alvenaria Burguesa*. São Paulo: Editora Nobel, 1989.
- MARX, Murillo. *Nosso chão do sagrado ao profano*. EDUSP, 1989.
- PINTO, Estevão. “Muxarabis e Balcões” in *Revista do Patrimônio Histórico* nº 7, Rio de Janeiro, 1943, p. 309-40.
- PLANTAS DE SÃO PAULO ANTIGO. Comissão do IV Centenário, Edição Comemorativa, São Paulo, 1954.
- REIS, Nestor Goulart. *Victor Dubugras: o primeiro modernista*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2005.
- TOLEDO, Benedito Lima de Toledo. *São Paulo – três cidades em um século*. 1983, reeditado em 2004.
- TIRAPELI, Percival. *Igrejas paulistas, Barroco e Rococó*. São Paulo: Editora USP/ Imprensa Oficial, 2004.

Suzanna do Amaral Cruz Sampaio – É associada ao ICOMOS/BRASIL, do qual é presidente de honra, desde 1987. De 1996 a 1999, foi presidente dessa instituição; em novembro de 1997, eleita vice-presidente do Comitê Consultivo Internacional. Em dezembro do mesmo ano, foi eleita Acadêmica Correspondente da Academia Nacional de Belas Artes de Lisboa, Portugal. Foi professora titular de História do Colégio de Aplicação da USP. É advogada formada pela USP e dirigiu o Departamento do Patrimônio Histórico da Cidade de São Paulo.

Atualmente, é vice-presidente do Museu Brasileiro da Escultura – MuBE e Conselheira Titular do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Representa o Brasil no Comitê Executivo do ICOMOS em Paris.